

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA PARA O SUCESSO DA APRENDIZAGEM

*INTELLECTUAL DISABILITY: CLINICAL PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION FOR
LEARNING SUCCESS*

*DISCAPACIDAD INTELECTUAL: INTERVENCIÓN PSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA PARA
EL ÉXITO DEL APRENDIZAJE*

Alessandra Conceição Oliveira Lucena¹
Gisele do Rocio Cordeiro²
Camila Castiliano Pereira dos Santos³

Resumo

A deficiência intelectual caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, influenciando as habilidades conceituais, sociais e práticas do indivíduo. Nesse contexto, a intervenção psicopedagógica clínica desempenha papel fundamental na promoção da aprendizagem, da autonomia e da inclusão social, por meio de estratégias individualizadas que consideram as potencialidades e as necessidades específicas do sujeito. O presente estudo tem como objetivo compreender as contribuições da intervenção psicopedagógica clínica para o sucesso da aprendizagem de jovens com deficiência intelectual, analisando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais que interferem nesse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em obras de autores como Piaget, Vygotsky, Fernández, Paín, Bossa e Visca, além de documentos relacionados à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A análise dos referenciais evidenciou que a aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual não deve ser compreendida apenas sob uma perspectiva orgânica, mas como um fenômeno complexo que envolve múltiplos fatores e requer mediações adequadas. Os resultados apontam que a atuação psicopedagógica clínica favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e funcionais, contribuindo para a construção da autonomia e da participação ativa do sujeito em diferentes contextos. Destaca-se ainda o potencial das tecnologias digitais e da inteligência artificial como recursos complementares capazes de ampliar a acessibilidade, personalizar estratégias de ensino e favorecer processos inclusivos, desde que utilizados de forma ética e articulados à mediação humana. Conclui-se que a intervenção psicopedagógica clínica, associada a práticas inclusivas e ao uso consciente das tecnologias educacionais, constitui importante instrumento para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência intelectual e para a efetivação do direito à aprendizagem.

Palavras-chave: deficiência intelectual; psicopedagogia clínica; aprendizagem; educação inclusiva; inteligência artificial.

Abstract

Intellectual disability is characterized by significant limitations in intellectual functioning and adaptive behavior, affecting an individual's conceptual, social, and practical skills. In this context, clinical psychopedagogical intervention plays a fundamental role in promoting learning, autonomy, and social inclusion through individualized strategies that consider the person's strengths and specific needs. This study aims to understand the contributions of clinical psychopedagogical intervention to the learning success of young people with intellectual disabilities by analyzing the cognitive, emotional, and social aspects that influence this process. This is a qualitative, exploratory study developed through a bibliographic review based on the works of authors such as Piaget, Vygotsky, Fernández, Paín, Bossa, and Visca, as well as on documents related to Special Education from the perspective of Inclusive Education. The analysis of the literature revealed that the learning process of

¹ Bacharela em Psicopedagogia no Centro Universitário Internacional (Uninter).

² Doutora em Educação, coordenadora e professora na área de Educação da Escola Superior de Educação, Humanidades e Linguagens, do Centro Universitário Internacional (Uninter).

³ Mestra em Educação. Professora no Centro Universitário Internacional (Uninter).

individuals with intellectual disabilities should not be understood solely from an organic perspective, but rather as a complex phenomenon involving multiple factors that require appropriate mediation. The findings indicate that clinical psychopedagogical practice fosters the development of cognitive, social, and functional skills, contributing to the construction of autonomy and the active participation of individuals in different contexts. The study also highlights the potential of digital technologies and artificial intelligence as complementary resources capable of enhancing accessibility, personalizing teaching strategies, and promoting inclusive processes, provided that they are used ethically and in conjunction with human mediation. It is concluded that clinical psychopedagogical intervention, associated with inclusive practices and the conscious use of educational technologies, constitutes an important instrument for the holistic development of individuals with intellectual disabilities and for ensuring their right to learn. -

Keywords: intellectual disability; clinical psychopedagogy; learning; inclusive education; artificial intelligence.

Resumen

La discapacidad intelectual se caracteriza por limitaciones significativas en el funcionamiento intelectual y en el comportamiento adaptativo, influyendo en las habilidades conceptuales, sociales y prácticas del individuo. En este contexto, la intervención psicopedagógica clínica desempeña un papel fundamental en la promoción del aprendizaje, de la autonomía y de la inclusión social, mediante estrategias individualizadas que consideran las potencialidades y las necesidades específicas de la persona. El presente estudio tiene como objetivo comprender las contribuciones de la intervención psicopedagógica clínica al éxito del aprendizaje de jóvenes con discapacidad intelectual, analizando los aspectos cognitivos, emocionales y sociales que interfieren en este proceso. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, desarrollada mediante una revisión bibliográfica, basada en las obras de autores como Piaget, Vygotsky, Fernández, Paín, Bossa y Visca, además de documentos relacionados con la Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva. El análisis de los referentes teóricos evidenció que el aprendizaje de las personas con discapacidad intelectual no debe comprenderse únicamente desde una perspectiva orgánica, sino como un fenómeno complejo que involucra múltiples factores y requiere mediaciones adecuadas. Los resultados indican que la actuación psicopedagógica clínica favorece el desarrollo de habilidades cognitivas, sociales y funcionales, contribuyendo a la construcción de la autonomía y a la participación activa del sujeto en diferentes contextos. Asimismo, se destaca el potencial de las tecnologías digitales y de la inteligencia artificial como recursos complementarios capaces de ampliar la accesibilidad, personalizar las estrategias de enseñanza y favorecer procesos inclusivos, siempre que sean utilizados de manera ética y articulados con la mediación humana. Se concluye que la intervención psicopedagógica clínica, asociada a prácticas inclusivas y al uso consciente de las tecnologías educativas, constituye un importante instrumento para el desarrollo integral de las personas con discapacidad intelectual y para la garantía efectiva del derecho al aprendizaje.

Palabras clave: discapacidad intelectual; psicopedagogía clínica; aprendizaje; educación inclusiva; inteligencia artificial.

1 Introdução

A psicopedagogia é a área que une a psicologia e a pedagogia. Nesse sentido, tem-se como precursor da psicopedagogia Vygotsky (2007) que focou no papel cultural e social da aprendizagem, pois o aprendizado é um processo que precede o desenvolvimento.

No Brasil, Jorge Visca destacou-se como um dos principais responsáveis pela consolidação da Psicopedagogia, influenciado pelos estudos e pelas práticas desenvolvidos inicialmente na Argentina. Segundo o autor, “a aprendizagem é o resultado da integração de fatores afetivos, cognitivos e sociais” (Visca, 1991, p. 45).

Assim, destaca-se a pessoa com deficiência intelectual, condição que se caracteriza por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, de modo que a aprendizagem deve ocorrer de forma individualizada e interdisciplinar, conforme

os estudos de Vygotsky (2007) e Visca (1991), que reforçam que o sucesso da aprendizagem de cada indivíduo consiste em considerar suas limitações e potencialidades, sem seguir uma padronização restrita ao ambiente escolar, mas por meio de uma mediação proposta pelo psicopedagogo, que proporcione novas formas de interação e produção de conhecimento.

Considerando as especificidades de uma pessoa com deficiência intelectual e suas necessidades de aprendizagem, especialmente as dos jovens com essa condição, tem-se como questionamento: como promover o sucesso da aprendizagem do jovem com deficiência intelectual, por meio da intervenção psicopedagógica clínica, considerando suas limitações e potencialidades? Para responder a essa questão, deve-se analisar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, de modo que as intervenções nesse processo sejam pontuais e eficientes, promovendo a autonomia no contexto educacional.

O objetivo deste trabalho é pesquisar práticas e intervenções psicopedagógicas que promovam uma aprendizagem significativa para o jovem com deficiência intelectual, de forma efetiva e prática, considerando as contribuições dos teóricos anteriormente mencionados. Por este motivo, deve-se: identificar as principais dificuldades apresentadas na aprendizagem do indivíduo com deficiência intelectual no contexto clínico; analisar os aspectos emocionais, cognitivos e sociais que interferem na aprendizagem do sujeito, com enfoque em suas relações familiares; compreender as contribuições da intervenção psicopedagógica clínica e buscar, entre elas, estratégias e recursos utilizados no atendimento à pessoa com deficiência intelectual.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos relacionados à deficiência intelectual e à intervenção psicopedagógica clínica, considerando aspectos subjetivos, sociais, emocionais e educacionais envolvidos no processo de aprendizagem.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com um problema, tornando-o mais explícito e favorecendo a construção de hipóteses e reflexões acerca do tema investigado. Nesse sentido, este estudo buscou ampliar a compreensão sobre as contribuições da psicopedagogia clínica para o sucesso da aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, bem como discutir as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais e pela inteligência artificial como recursos auxiliares nos processos de mediação e aprendizagem.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, construída a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e

materiais disponibilizados em bibliotecas digitais e bases de dados acadêmicas. A investigação concentrou-se em obras de referência das áreas da Psicopedagogia, Educação Especial Inclusiva, Psicologia do Desenvolvimento e Tecnologias Educacionais, contemplando autores como Piaget, Vygotsky, Visca, Fernández, Bossa e Paín, cujas contribuições fundamentam a compreensão dos processos de aprendizagem e das intervenções psicopedagógicas.

Também foram considerados documentos normativos e orientadores da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reforçam a importância da eliminação de barreiras à aprendizagem, da promoção da acessibilidade e do uso de recursos pedagógicos e tecnológicos capazes de ampliar a participação e a autonomia dos estudantes que constituem o público-alvo da Educação Especial. A literatura recente destaca ainda a relevância das tecnologias assistivas e dos recursos digitais como instrumentos que potencializam a inclusão educacional e favorecem a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e personalizadas.

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento, da seleção e da leitura crítica das produções científicas relacionadas ao tema. Posteriormente, realizou-se uma análise interpretativa dos materiais encontrados, buscando identificar convergências teóricas, contribuições para a prática psicopedagógica clínica e possibilidades de aplicação de recursos tecnológicos e de inteligência artificial no atendimento a pessoas com deficiência intelectual.

A análise dos dados foi desenvolvida a partir da organização das informações em categorias temáticas, contemplando: a compreensão da deficiência intelectual na perspectiva inclusiva; os fundamentos teóricos da psicopedagogia clínica; as estratégias de intervenção psicopedagógica; a participação da família e da escola no processo de aprendizagem; e as contribuições das tecnologias digitais e da inteligência artificial como ferramentas de apoio à inclusão e ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

Por fim, a pesquisa não envolveu participantes humanos nem coleta de dados em campo, razão pela qual não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. O estudo fundamenta-se exclusivamente em materiais bibliográficos e documentais disponíveis publicamente, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica e os direitos autorais das obras consultadas.

Tendo em vista essas contribuições, é de suma importância estudar como Piaget, Vygotsky, Bossa, Fernández e Visca, cada um de forma complementar, contribuem para a compreensão do processo de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual.

Piaget (2006) destaca a aprendizagem como resultado da ação do sujeito sobre o objeto, enfatizando os processos de assimilação e acomodação e a importância de respeitar o estágio de desenvolvimento cognitivo.

Vygotsky (2007) por sua vez, amplia essa compreensão ao evidenciar o papel das interações sociais e da mediação no desenvolvimento, ressaltando a Zona de Desenvolvimento Proximal como espaço privilegiado para a promoção da aprendizagem.

Bossa (2000) contribui para superar uma visão estritamente orgânica da deficiência, propondo uma abordagem que considere o sujeito em sua totalidade, incluindo os aspectos socioemocionais.

Férnandez (1991) enfatiza o valor do desejo, da afetividade e do vínculo no processo de aprender, defendendo uma prática psicopedagógica que priorize as possibilidades do sujeito.

Por fim, Visca (2007) compreende a aprendizagem como um processo de interação do sujeito com o conhecimento, orientando intervenções psicopedagógicas individualizadas, mediadas e humanizadas.

2 Discussões teóricas e reflexões

Segundo Vygotsky (2007), a deficiência intelectual é compreendida não apenas como uma condição de ordem biológica, mas, sobretudo, como um fenômeno social. Nesse interim, a deficiência social é o verdadeiro problema: enquanto a deficiência física é algo de ordem biológica, a social se define pela incapacidade da sociedade de oferecer recursos e condições para o sujeito se desenvolver. Por isso, o foco deve se deslocar do sujeito para o contexto social, evidenciando a necessidade de práticas educacionais que eliminem as barreiras pedagógicas e sociais.

Ainda, Vygotsky (2007) discorre sobre o fato de que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio de interações sociais, sendo fundamental a mediação adequada para a construção do conhecimento onde na deficiência intelectual a mediação é relevante para a aplicação da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que transforma o potencial em capacidade real, por meio de suportes que não acontecem de forma espontânea, mas sim mediada, transformando potencial em capacidade real, através de intervenções planejadas e contextualizadas.

Esses instrumentos possibilitam a identificação e o diagnóstico dos níveis de desenvolvimento e de possíveis atrasos cognitivos, o que subsidia a definição das intervenções psicopedagógicas mais adequadas às dificuldades de aprendizagem apresentadas contribui para que essas intervenções sejam mais efetivas.

Segundo Jean Piaget (2006), a pessoa com deficiência intelectual apresenta um desenvolvimento cognitivo caracterizado por uma estrutura ainda inacabada, em um ritmo mais

lento. No entanto, há potencial para a aprendizagem por meio da adaptação, de vivências concretas e da interação com o meio, fundamentadas nos processos de assimilação e acomodação.

O processo inicia-se a partir do primeiro contato, por meio de um olhar observacional atento, que dá início à anamnese e à aplicação das provas operatórias de Piaget (2006). Segundo o autor, essas provas consistem em um conjunto de testes voltados à avaliação do desenvolvimento cognitivo, com foco na aquisição das operações mentais, como a conservação, que analisa a noção de quantidade, e a classificação, que envolve a capacidade de agrupar objetos por inclusão e interseção de classes, bem como a seriação e a ordenação.

Esses instrumentos possibilitam a identificação e a avaliação dos níveis de desenvolvimento e de possíveis atrasos cognitivos, o que subsidia a definição das intervenções psicopedagógicas mais adequadas às dificuldades de aprendizagem apresentadas e faz com que essas intervenções sejam mais efetivas.

Cumpre destacar que, embora Piaget (2006) e Vygotsky (2007) entendam a relação entre desenvolvimento e aprendizagem de formas diferentes, suas perspectivas podem ser compreendidas de forma complementar, utilizando-se as contribuições de Piaget (2006) para a compreensão e avaliação do desenvolvimento cognitivo e as de Vygotsky (2007) como fundamento para as práticas mediadas de intervenção psicopedagógica.

Já para Fernández (2001) o psicopedagogo tem um papel de mediador da autoria, utilizando recursos lúdicos, atividades adaptadas e estratégias que favoreçam a construção do conhecimento e a autonomia do aprendiz, ressaltando que o aprender está ligado à construção de sentido, ao desejo de aprender e à possibilidade de o sujeito se entender não apenas como parte, mas como autor do seu próprio processo.

Para Bossa (2000), é essencial superar a visão estritamente orgânica da deficiência intelectual, adotando um olhar clínico-institucional que considere o sujeito em sua totalidade, especialmente seus aspectos socioemocionais no processo de construção da aprendizagem. Já Alicia Fernández resalta a importância de um olhar que vá além da deficiência em si, priorizando as possibilidades do sujeito por meio do desejo, da afetividade e do vínculo, promovendo uma aprendizagem humanizada tanto no âmbito clínico quanto no pedagógico.

Paín (1992) corrobora essa visão de que a aprendizagem não pode ser compreendida apenas pelo aspecto cognitivo ou orgânico, mas envolve as dimensões cognitivas, afetivas e sociais, ou seja, as dificuldades de aprendizagem devem ser analisadas em sua totalidade, evitando análises reducionistas e/ou patologizantes.

Por fim, Visca (2007) compreende a intervenção psicopedagógica clínica como um processo investigativo e interventivo voltado à compreensão da forma como o sujeito aprende. Embora reconheça a existência de limitações cognitivas, o autor defende que o foco do trabalho psicopedagógico deve recair sobre a relação estabelecida entre o aprendiz e o conhecimento, identificando fatores que facilitam ou dificultam a construção das aprendizagens. Portanto, a intervenção psicopedagógica pautada na escuta e na análise do percurso de aprendizagem reafirma o compromisso com a inclusão.

3 Deficiência intelectual e educação inclusiva: uma perspectiva contemporânea

A compreensão da deficiência intelectual passou por profundas transformações ao longo da história. Durante muitos anos, predominou o modelo médico, que interpretava a deficiência como uma condição individual marcada por déficits e limitações. Nessa perspectiva, a atenção era direcionada principalmente às incapacidades do sujeito, desconsiderando a influência dos contextos sociais e educacionais sobre seu desenvolvimento.

Atualmente, a concepção de deficiência intelectual também é compreendida à luz do modelo social da deficiência, segundo o qual as limitações não se encontram exclusivamente no indivíduo, mas resultam da interação entre suas características e as barreiras existentes na sociedade. Assim, a deficiência intelectual é entendida como uma condição que envolve limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, podendo afetar habilidades conceituais, sociais e práticas. Entretanto, essas limitações não impedem o desenvolvimento e a aprendizagem quando são oferecidos os apoios adequados e eliminadas as barreiras à participação.

Nesse contexto, a educação inclusiva assume papel fundamental ao garantir oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes. A inclusão não significa apenas matricular o aluno na escola regular, mas assegurar condições pedagógicas, metodológicas e atitudinais que possibilitem sua participação efetiva no processo educativo. A escola inclusiva reconhece as diferenças humanas como parte do processo de aprendizagem e busca desenvolver práticas que contemplem as singularidades de cada estudante.

Dessa forma, o foco da intervenção deixa de estar exclusivamente na deficiência para concentrar-se nas potencialidades do sujeito. A aprendizagem passa a ser concebida como um processo dinâmico, construído nas interações sociais e mediado por recursos, estratégias e apoios que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

4 A avaliação psicopedagógica clínica na deficiência intelectual

A avaliação psicopedagógica clínica constitui uma das etapas mais importantes do trabalho do psicopedagogo. Seu objetivo não é apenas identificar dificuldades, mas compreender como o sujeito aprende, quais estratégias utiliza para resolver problemas, quais obstáculos enfrenta e quais potencialidades podem ser mobilizadas durante o processo de intervenção.

Segundo Visca (2007), o diagnóstico psicopedagógico deve investigar a modalidade de aprendizagem do sujeito, permitindo compreender a relação que ele estabelece com o conhecimento. Nesse sentido, a avaliação não pode estar centrada exclusivamente no desempenho acadêmico, mas deve considerar aspectos cognitivos, afetivos, familiares e sociais.

Entre os instrumentos utilizados destacam-se a anamnese, a observação clínica, entrevistas familiares, atividades lúdicas, provas operatórias de Piaget e a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA). Esses recursos permitem que o psicopedagogo identifique tanto as dificuldades quanto as competências já desenvolvidas pelo aprendiz.

Na deficiência intelectual, a avaliação deve priorizar a identificação das habilidades preservadas e das necessidades de apoio, evitando uma perspectiva patologizante. O objetivo é compreender quais mediações podem favorecer o avanço do estudante dentro de sua Zona de Desenvolvimento Proximal, conforme proposto por Vygotsky (2007).

Além disso, o processo avaliativo precisa ser contínuo, sendo constantemente revisado à medida que novos avanços são observados ao longo das intervenções. Dessa forma, a avaliação deixa de ser um processo exclusivamente classificatório para tornar-se um instrumento de planejamento e acompanhamento do desenvolvimento.

5 Estratégias de intervenção psicopedagógica na deficiência intelectual

A intervenção psicopedagógica clínica deve ser construída a partir das necessidades específicas de cada sujeito. Não existem fórmulas prontas ou estratégias universais, pois cada indivíduo apresenta uma história de aprendizagem singular. Entre os recursos mais utilizados destacam-se os jogos pedagógicos, atividades concretas, materiais manipuláveis, sequências didáticas estruturadas, contação de histórias, recursos visuais, mapas conceituais e atividades voltadas para o desenvolvimento da autonomia.

Os jogos assumem papel relevante por promoverem o raciocínio lógico, a atenção, a memória e a resolução de problemas. Além disso, favorecem a interação social e tornam o

processo de aprendizagem mais motivador. Outra estratégia importante consiste na construção de rotinas estruturadas. Pessoas com deficiência intelectual tendem a apresentar melhor desempenho quando conseguem antecipar as atividades que serão realizadas, reduzindo a ansiedade e aumentando a participação.

Também se destacam as oficinas de vida diária, que trabalham habilidades funcionais relacionadas à autonomia pessoal e social, como organização de materiais, uso do dinheiro, planejamento de tarefas e resolução de situações cotidianas. A participação da família e da escola é indispensável nesse processo. Quando os diferentes contextos atuam de forma articulada, aumenta-se significativamente a possibilidade de generalização das aprendizagens construídas no atendimento psicopedagógico clínico.

6 Inteligência artificial e intervenção psicopedagógica: novas possibilidades para a aprendizagem

O avanço das tecnologias digitais tem transformado diferentes áreas do conhecimento, incluindo a educação e a psicopedagogia. Entre essas inovações, destaca-se a inteligência artificial (IA), que consiste em sistemas capazes de processar informações, identificar padrões e gerar respostas adaptadas às necessidades dos usuários.

No campo educacional, a IA tem possibilitado novas formas de personalização da aprendizagem, favorecendo intervenções mais individualizadas e inclusivas. Para estudantes com deficiência intelectual, essas tecnologias representam importantes recursos de apoio ao desenvolvimento cognitivo e à autonomia.

Ferramentas baseadas em inteligência artificial podem adaptar atividades de acordo com o ritmo do estudante, oferecer feedback imediato, repetir explicações quantas vezes forem necessárias e apresentar conteúdos em diferentes formatos, como textos simplificados, imagens, vídeos e recursos sonoros.

Essas funcionalidades dialogam diretamente com os princípios da educação inclusiva, pois permitem reduzir barreiras à participação e ampliar as oportunidades de aprendizagem. As tecnologias assistivas contemporâneas vêm sendo reconhecidas como instrumentos fundamentais para promover a acessibilidade, a autonomia e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre as aplicações mais promissoras da IA para a psicopedagogia destacam-se:

- Assistentes virtuais para apoio à aprendizagem;
- Sistemas adaptativos de ensino;

- Plataformas de acompanhamento individualizado;
- Recursos de comunicação aumentativa e alternativa;
- Ferramentas de organização da rotina;
- Aplicativos para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais.

Entretanto, é importante destacar que a inteligência artificial não substitui o trabalho do psicopedagogo. A construção do vínculo, a compreensão dos aspectos emocionais, afetivos e relacionais da aprendizagem continuam sendo atribuições essencialmente humanas. Desse modo, a IA deve ser compreendida como uma ferramenta complementar que potencializa o trabalho clínico, oferecendo recursos adicionais para a mediação pedagógica e para a promoção da inclusão.

7 Considerações Finais

A intervenção psicopedagógica clínica é de extrema importância para o sucesso da aprendizagem da pessoa com deficiência, atuando como uma ponte entre as dificuldades cognitivas e o desenvolvimento do sujeito.

Como visto anteriormente, a deficiência não deve ser compreendida apenas como uma limitação, mas também a partir de uma perspectiva de aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito. A compensação social, estimulada pela educação inclusiva, favorece a criação de caminhos alternativos para o desenvolvimento.

Nesse contexto, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) deve ser vista como o espaço em que a pessoa com deficiência consegue realizar tarefas com auxílio, impulsionando gradualmente seu desenvolvimento até alcançar maior autonomia.

Assim sendo, a intervenção deve ser individualizada, utilizando recursos lúdicos como jogos, quebra-cabeças e histórias, que estimulem a cognição de forma prazerosa, respeitando o ritmo do indivíduo e considerando seus aspectos psicossociais e culturais. Essa atuação deve ocorrer de forma articulada com a família e a escola, fortalecendo a rede de apoio e favorecendo a reconstrução do processo de aprendizagem e da autonomia.

Por fim, o tratamento da deficiência intelectual exige a integração de diferentes áreas do conhecimento, por meio de uma atuação colaborativa e multidisciplinar. As intervenções envolvem atividades básicas e instrumentais da vida diária, o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, além da integração sensorial.

Conforme retratado e corroborado por todos esses autores, o processo de ensino-aprendizagem é individual, pautado no relacionamento, de modo a compreender o que é necessário para o desenvolvimento daquela pessoa com deficiência intelectual. Trata-se de uma condição que exige uma compreensão abrangente e uma atuação multidisciplinar.

Destaca-se também o trabalho com a comunicação funcional, promovendo uma linguagem expressiva que favoreça interações sociais mais eficientes, reduza frustrações e minimize dificuldades comunicativas. A intervenção psicopedagógica, portanto, configura-se como um processo contínuo, voltado à ampliação do potencial de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito.

Além dos avanços observados nas abordagens psicopedagógicas tradicionais, a incorporação das tecnologias digitais e da inteligência artificial representa uma possibilidade promissora para fortalecer práticas inclusivas. Quando utilizadas de forma ética e planejada, essas ferramentas ampliam as condições de acessibilidade, favorecem a personalização das aprendizagens e potencializam a autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

Contudo, a efetividade desses recursos depende da atuação crítica e reflexiva do psicopedagogo, que permanece como o principal mediador do processo educativo. Assim, o futuro da intervenção psicopedagógica aponta para uma integração cada vez maior entre conhecimentos científicos, tecnologias assistivas e práticas inclusivas voltadas ao desenvolvimento integral do sujeito.

Em resposta ao problema de pesquisa proposto, conclui-se que o sucesso da aprendizagem do jovem com deficiência intelectual pode ser favorecido por meio de intervenções psicopedagógicas clínicas individualizadas, fundamentadas em práticas inclusivas, na mediação qualificada e no reconhecimento das potencialidades do sujeito, articulando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e tecnológicos.

Referências

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada: antropologia da psicopedagogia clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUEBERT, M. C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- MINETTO, M. F. C. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- VISCA, J. **Diagnóstico psicopedagógico clínico: epistemologia convergente**. Buenos Aires: Amarú, 1987.
- VISCA, J. **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Data de submissão: 17/08/2026

Data de aceite: 03/09/202